

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livresiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo” ou “Controlada”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, artigos de papelaria e games. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede de 38 lojas. O Varejo opera ainda com produtos de tecnologia por meio do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e sua controlada estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Plano Aditivo) à aprovação da Assembleia Geral de Credores e à homologação judicial, que foi aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021 (Nota explicativa 31).

Em paralelo, a Companhia continua com a implementação do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado às pretensões do Plano Aditivo, que tem por objetivo uma mudança estrutural de processos em todos os níveis de atividades da Companhia e sua controlada, por meio da inserção de uma cultura de reestruturação e está baseado nos seguintes projetos em curso de implementação:

- Nova gestão de abastecimento
- Full e-commerce
- Otimização do Back-office
- Reestruturação do parque de lojas

Os projetos contribuirão para tornar a Companhia mais enxuta e eficiente sem comprometer a operação.

A Administração da Companhia e sua controlada acompanha atentamente a todos os desdobramentos relacionados à Covid-19, observando as orientações das autoridades Governamentais. Entre as medidas adotadas, foi estabelecido um canal de comunicação por meio de um Comitê interno, que avalia e trata tempestivamente, os impactos na operação e determina as medidas necessárias ao enfrentamento da pandemia.

O plano de contingência para enfrentar os impactos da Covid-19 está focado em cinco pilares principais: (i) tomar medidas preventivas, (ii) estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce; que não foram paralisadas e honram todos seus compromissos com seus clientes; (iii) estruturar planos de ação e contingência; (iv) monitorar a evolução diária dos casos de infecção pelo Coronavírus e as recomendações dos órgãos governamentais e associações de varejo; (v) utilizar as medidas disponíveis para redução do impacto no Caixa da Companhia.

Mesmo diante da intensificação das operações por meio do e-commerce, o fechamento temporário das lojas físicas, adotado para preservar a integridade de colaboradores, clientes e fornecedores, em respeito às normas de restrição regionais impostas pelas legislações locais, impactou significativamente a operação do Varejo exigindo da Administração, atenção para lidar com os eventos econômicos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia e sua controlada e uma revisão das estimativas contábeis relacionadas, principalmente, com o valor recuperável dos ativos do Varejo (Nota explicativa nº 11).

A manutenção das atuais medidas de restrição, deverão trazer novos impactos que ainda serão dimensionados pela Administração.

A Administração está mobilizada para a realização dos ajustes necessários para assegurar o sucesso do Plano de Ação, mesmo diante das restrições impostas pela pandemia, procurando adaptar-se rapidamente às alterações de cenários e confia na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída e, assim, mantém seu otimismo acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Controladora e do Varejo (“Companhia”).

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2021 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2020.

2.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

2.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
- b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
- d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 7, 11 e 12
- e) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 14
- f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 18
- g) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 27

3. **PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis de empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir.

Controlada

As políticas financeiras, operacionais e contábeis do Varejo são controladas e ajustadas pela Administração da Controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e na preparação das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas demonstrações contábeis do Varejo encerradas na mesma data-base.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e o Varejo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com o Varejo registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operação descontinuada e ativos não circulantes mantidos para venda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão apresentados como ativos mantidos para a venda o terreno e a edificação da unidade operacional de Guarulhos da Controladora, pelo montante de R\$21.427, equivalentes ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo diminuído das despesas de venda. A venda desses ativos, ocorrida em 20 de abril de 2020, foi considerada nula, nos termos do Acórdão publicado em 4 de novembro de 2020 pela 1ª Câmara Reservada de Direito, que determinou a realização de nova oferta de venda.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015

c) Receitas operacionais

As principais receitas estão relacionadas às atividades do Varejo e correspondem a venda de mercadorias e serviços.

A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contrapartida que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 etapas estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da

conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou o Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

f) Contas a receber de clientes e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com o Varejo é eliminado por meio de equivalência patrimonial (Nota explicativa nº10).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº13)

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 12).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos. A amortização é linear, pelo prazo de locação e não se aplica ao valor residual, quando existente.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e a empresa controlada em condições que a Controladora e a empresa controlada não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Controladora e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não são individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, a Controladora e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável dos ativos são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 18.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº 13)

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias apuradas pelo Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela

Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) *Receita diferida – programa de fidelização de clientes*

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor dos pontos acumulados, ajustado pela média da margem de venda. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização pelos clientes do seu direito de uso dos créditos – Bônus, assim como, pela efetiva expiração do Bônus.

O valor de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado pela média do custo da mercadoria vendida. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos conquistados por meio das compras têm validade de 12 meses e a cada 500 pontos o cliente adquire o direito ao Bônus e recebe um voucher no valor de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

r) *Benefícios a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) *Remuneração baseada em ações*

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga e registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido. (Nota explicativa nº 19 e).

t) *Dividendos e juros sobre o capital próprio*

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

u) *Apresentação do lucro líquido por ação*

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 26.

v) *Receitas financeiras e despesas financeiras*

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

w) *Informação por segmento*

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. O único segmento em operação é o denominado Varejo.

x) *Demonstração do valor adicionado (“DVA”)*

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) *Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC*

Normas e emendas que estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020:

- EMENDAS CPC 26/IAS 1 E CPC 23/IAS 8 – DEFINIÇÃO DE MATERIALIDADE - As emendas vigentes a partir de 1 de janeiro de 2020 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. A Administração entende que ao observar orientação técnica OCPC 7, não há outros impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada trazidos pelas emendas.
- EMENDA IFRS 16 E DELIBERAÇÃO CVM Nº 859/2020 – Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda à norma IFRS 16, que estabelece procedimentos para o registro contábil da concessão de benefícios ao arrendatário, durante o período impactado pela pandemia do Covid-19, facultando a opção de não tratar o benefício como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Normas e emendas que estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020, não aplicáveis às operações da Companhia e do Varejo:

- EMENDAS CPC 38, CPC 40 (R1) E CPC 48 – Reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021.

As novas normas e interpretações ainda não efetivas: Contratos Onerosos: custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37). - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16). - Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). - Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1), não foram adotadas pela Companhia e não são esperados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Caixa e bancos - conta movimento	<u>121</u>	<u>2.603</u>	<u>28.603</u>	<u>20.464</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Títulos a receber	3.988	7.734
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>3.736</u>	<u>15.846</u>
	7.724	23.580
Perda esperada	<u>(391)</u>	<u>(311)</u>
	<u>7.333</u>	<u>23.269</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 18 dias (27 dias em 31 de dezembro de 2019). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Rede, Paypal, e Edenred Ticket.

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente (Nota explicativa 3f).

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Composição dos saldos por vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
A vencer	4.240	22.388
Vencidos:		
Até 60 dias	836	802
De 61 a 90 dias	368	34
De 91 a 180 dias	1.886	12
Acima de 180 dias	<u>394</u>	<u>344</u>
	<u>7.724</u>	<u>23.580</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em sua maior parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

O valor consolidado das perdas registradas no resultado do exercício são respectivamente: R\$299 e R\$1.204 para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Mercadorias para revenda	51.245	135.691
(-) Perda com obsolescência	(5.596)	(35.082)
Materiais de embalagem e consumo	<u>-</u>	<u>1.917</u>
	<u>45.649</u>	<u>102.526</u>

Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R\$41.961 (R\$117.007 em 31 de dezembro de 2019). O estoque consignado é registrado em rubricas específicas de controle para apropriação do custo das mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis reflitam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias é apropriado ao resultado para cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$62.178. No período entre 1 de janeiro de 2021 e a data de conclusão das demonstrações contábeis, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$2.

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques, adotada pela Companhia. A reversão apresentada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 se deve às iniciativas da Administração, iniciadas em 2019, para o escoamento do estoque obsoleto.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.687	1.730	7.681	88.504
Programa de Integração Social - PIS (ii)	25	32	1.598	16.893
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (iii)	2.033	2.700	7.706	15.054
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL (iii)	1.968	1.932	4.716	10.804
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	55.656	79.312
Outros	<u>179</u>	<u>179</u>	<u>531</u>	<u>260</u>
	<u>5.892</u>	<u>6.573</u>	<u>77.888</u>	<u>210.827</u>
Ativo circulante	179	179	33.309	44.175
Ativo não circulante	<u>5.713</u>	<u>6.394</u>	<u>44.579</u>	<u>166.652</u>
	<u>5.892</u>	<u>6.573</u>	<u>77.888</u>	<u>210.827</u>

- (i) ICMS e ICMS por substituição tributária (ICMS ST) das operações comerciais e de abastecimento do Varejo, no montante de R\$55.656 de ICMS (R\$79.312, sendo R\$66.344 de ICMS e R\$12.968 de ICMS ST em 31 de dezembro de 2019), líquidos de provisão para perda do valor realizável no montante de R\$45.777 (R\$25.725 em 2019). Estão em curso, medidas administrativas endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados de ICMS por meio do sistema e-CredAc – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS – SP, da ordem de R\$54.700, líquidos de perda ao valor de realização de R\$9.653, dos quais o Varejo estima realizar a totalidade via processo administrativo. Em 17 de março de 2021, a Companhia foi formalmente notificada sobre o

deferimento do processo administrativo, resultando um crédito de ICMS no montante de R\$65.023 (Nota explicativa 32).

- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$7.568 (R\$103.635 em 31 de dezembro de 2019), líquidos de perda ao valor de realização de R\$151.987 (R\$97.757 em 31 de dezembro de 2019), apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2019, não compensados até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

O Varejo obteve o trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020 em quatro ações judiciais que discutiram a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que decidiu que o ICMS não compõe o faturamento ou receita bruta das empresas e, portanto, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve revisão da estimativa dos montantes a recuperar. O montante do crédito constituído e estimado de realização para todas as ações é de R\$5.688 (R\$15.216 em 31 de dezembro de 2019), líquidos de perda ao valor de realização de R\$8.532 (R\$35.503 em 31 de dezembro de 2019).

- (iii) Representado por créditos resultantes das apurações anuais do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, recolhidos pelo regime de estimativa.

A Administração estimou perda na realização de créditos tributários no montante de R\$111.088 (106.163 em 31 de dezembro de 2019).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(412.082)	(273.181)	(412.115)	(273.205)
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	140.108	92.882	140.119	92.890
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(11)	6.954	(13.992)	(1.747)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(138.393)	(100.014)	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>(1.704)</u>	<u>(11.308)</u>	<u>(126.127)</u>	<u>(102.629)</u>
	<u>-</u>	<u>(11.486)</u>	<u>-</u>	<u>(11.486)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Diferidos	<u>-</u>	<u>(11.486)</u>	<u>-</u>	<u>(11.486)</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; e empréstimo de mútuo.

O Instituto Jorge Saraiva encerrou suas atividades em março de 2020. As doações realizadas em espécie foram destinadas às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No exercício de encerrado em 31 de dezembro de 2020, não foram realizadas doações (R\$596 em 21 de dezembro de 2019).

Empréstimos de mútuo obtidos com a Controlada:

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Saldos no início do exercício	8.619	2.183
Empréstimos obtidos	1.500	6.709
Pagamentos efetuados	(10.151)	(569)
Despesas financeiras	<u>32</u>	<u>296</u>
Saldos no fim do exercício	<u>-</u>	<u>8.619</u>

Empréstimos de mútuo concedidos para a Controlada:

31/12/20

Saldos no início do exercício	-
Empréstimos concedidos	
líquidos dos recebimentos	69.701
Pagamentos efetuados	(8.799)
Receitas financeiras	<u>973</u>
Saldos no fim do exercício	<u>61.875</u>

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Pró-labore do conselho				
de administração	926	1.349	1.004	1.493
Pró-labore da diretoria	<u>15</u>	<u>24</u>	<u>544</u>	<u>1.330</u>
Subtotal	941	1.373	1.548	2.823
Remuneração baseada em ações	-	18	-	18
Outras remunerações	<u>230</u>	<u>349</u>	<u>406</u>	<u>787</u>
	<u>1.171</u>	<u>1.740</u>	<u>1.954</u>	<u>3.628</u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

10. INVESTIMENTOS

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	(554.919)	(147.846)
Reversão de provisão para impairment pela baixa do ativo	<u>-</u>	<u>(4.909)</u>
Total	<u>(554.919)</u>	<u>(152.755)</u>
Provisão para perda com investimento	<u>(554.874)</u>	<u>(152.743)</u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Prejuízo do Varejo	<u>(407.072)</u>	<u>(294.183)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(407.039)</u>	<u>(294.159)</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Saldo no início do exercício	-	120.943
Participação no resultado do Varejo	(407.039)	(294.159)
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para Varejo	-	20.473
Parcela excedente do saldo contábil da participação transferida para o passivo não circulante	<u>407.039</u>	<u>152.743</u>
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Principais informações do Varejo:

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Ativo total	291.051	821.038
Passivo circulante e não circulante	845.970	968.884
Patrimônio líquido	(554.919)	(147.846)
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Receita operacional líquida	246.325	669.658
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(170.234)	(470.179)
Lucro bruto	76.091	199.479
Despesas operacionais	(172.719)	(331.759)
Depreciações	(43.138)	(77.613)
Outras	(237.318)	(309.306)
Resultado operacional	(377.084)	(519.199)
Resultado financeiro	(29.988)	225.016
Resultado antes dos impostos	(407.072)	(294.183)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo líquido	<u>(407.072)</u>	<u>(294.183)</u>

11. IMOBILIZADO

		Controladora					
		31/12/20			31/12/19		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	679	(679)	-	783	(782)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.359)	131	2.490	(2.310)	180
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.399)	22	5.421	(5.390)	31
Equipamentos de informática	20	12.387	(12.387)	-	12.387	(12.386)	1
		<u>20.977</u>	<u>(20.824)</u>	<u>153</u>	<u>21.081</u>	<u>(20.868)</u>	<u>213</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

		Consolidado					
		31/12/20			31/12/19		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	1.080	(1.079)	1	6.445	(4.185)	2.260
Móveis, utensílios e instalações	10	28.599	(24.727)	3.872	73.407	(59.802)	13.605
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	70.306	(63.837)	6.469	152.422	(139.014)	13.408
Equipamentos de informática	20	33.564	(31.824)	1.740	69.182	(61.014)	8.168
Direito de uso em Arrendamento		137.285	(35.753)	101.532	353.771	(44.981)	308.790
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	59	-	59
		<u>270.834</u>	<u>(157.220)</u>	<u>113.614</u>	<u>655.286</u>	<u>(308.996)</u>	<u>346.290</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

Controladora				
	31/12/19	Adições	Baixas	31/12/20
Custo:				
Máquinas e equipamentos	783	-	(104)	679
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	-	2.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.421	-	-	5.421
Equipamentos de informática	<u>12.387</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.387</u>
Total do custo	<u>21.081</u>	<u>-</u>	<u>(104)</u>	<u>20.977</u>
Depreciação acumulada:				
Máquinas e equipamentos	(782)	(1)	104	(679)
Móveis, utensílios e instalações	(2.310)	(49)	-	(2.359)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(5.390)	(9)	-	(5.399)
Equipamentos de informática	<u>(12.386)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(12.387)</u>
Total da depreciação	<u>(20.868)</u>	<u>(60)</u>	<u>104</u>	<u>(20.824)</u>
Valor líquido	<u>213</u>	<u>(60)</u>	<u>-</u>	<u>153</u>

	Consolidado					31/12/20
	31/12/19	Adições	Baixas	Transferências	Perda por	
					redução ao valor recuperável	
Custo:						
Máquinas e equipamentos	6.445	-	(255)	-	(5.110)	1.080
Móveis, utensílios e instalações	73.407	3	(10.593)	-	(34.218)	28.599
Benfeitorias em imóveis de terceiros	152.422	1.556	(19.766)	668	(64.574)	70.306
Equipamentos de informática	69.182	17	(9.552)	-	(26.083)	33.564
Direito de uso em arrendamento	353.771	20.508	(94.659)	-	(142.335)	137.285
Imobilizado em andamento	59	609	-	(668)	-	-
Total do custo	<u>655.286</u>	<u>22.693</u>	<u>(134.825)</u>	<u>-</u>	<u>(272.320)</u>	<u>270.834</u>
Depreciação acumulada:						
Máquinas e equipamentos	(4.185)	(124)	255	-	2.975	(1.079)
Móveis, utensílios e instalações	(59.802)	(2.094)	9.284	-	27.885	(24.727)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(139.014)	(3.796)	18.646	-	60.327	(63.837)
Equipamentos de informática	(61.014)	(2.532)	8.207	-	23.515	(31.824)
Direito de uso em arrendamento	(44.981)	(31.352)	16.331	-	24.249	(35.753)
Total da depreciação	<u>(308.996)</u>	<u>(39.898)</u>	<u>52.723</u>	<u>-</u>	<u>138.951</u>	<u>(157.220)</u>
Valor líquido	<u>346.290</u>	<u>(17.205)</u>	<u>(82.102)</u>	<u>-</u>	<u>(133.369)</u>	<u>113.614</u>

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. A Administração realizou a revisão das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede, temporariamente fechadas em observância as orientações governamentais por conta da Covid-19. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi estimada perda por redução ao valor recuperável para os ativos do Varejo, no montante de R\$R\$6.042, líquidos da remensuração do passivo de arrendamento no montante de R\$127.327(R\$1.271 no exercício encerrado em 31 de dezembro 2019).

12. INTANGÍVEL

		Controladora					
		31/12/20			31/12/19		
		Taxa anual de amortização - %	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual de amortização - %	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	20	<u>710</u>	<u>(710)</u>	<u>-</u>	<u>710</u>	<u>(710)</u>	<u>-</u>

		Consolidado					
		31/12/20			31/12/19		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Cessão comercial	20	10.085	(10.085)	-	20.858	(20.858)	-
Software	20	88.738	(88.738)	-	158.100	(89.848)	68.252
Marcas e patentes	-	-	-	-	63	-	63
		<u>98.823</u>	<u>(98.823)</u>	<u>-</u>	<u>179.021</u>	<u>(110.706)</u>	<u>68.315</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

	Controladora				
	31/12/19	31/12/20			
Custo:					
Software	<u>710</u>	<u>710</u>			
Amortização acumulada:					
Software	<u>(710)</u>	<u>(710)</u>			
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>			
	Consolidado				
	31/12/19	Adições	Baixas	Perda por redução ao valor recuperável	31/12/20
Custo:					
Cessão comercial	20.858	-	(5.830)	(4.943)	10.085
Software	158.100	109	(258)	(69.213)	88.738
Marcas e patentes	<u>63</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(63)</u>	<u>-</u>
Total do custo	<u>179.021</u>	<u>109</u>	<u>(6.088)</u>	<u>(74.219)</u>	<u>98.823</u>
Amortização acumulada:					
Cessão comercial	(20.858)	-	5.830	4.943	(10.085)
Software	<u>(89.848)</u>	<u>(6.151)</u>	<u>258</u>	<u>7.003</u>	<u>(88.738)</u>
Total da amortização	<u>(110.706)</u>	<u>(6.151)</u>	<u>6.088</u>	<u>11.946</u>	<u>(98.823)</u>
Valor líquido	<u>68.315</u>	<u>(6.042)</u>	<u>-</u>	<u>(62.273)</u>	<u>-</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício encerrado em 31

de dezembro de 2020, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas para o intangível do Varejo, no montante de R\$67.182 (R\$50.234 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019), líquidos de reversão de provisão para impairment no intangível da Editora de R\$4.909.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Empréstimos e financiamentos		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	156.020	150.304
Arrendamento financeiro	6.998	6.567
	<u>163.018</u>	<u>156.871</u>
Financiamento por arrendamento		
Em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	113.659	327.042
	<u>276.677</u>	<u>483.913</u>
Passivo circulante	52.816	66.345
Passivo não circulante	223.861	417.568
	<u>276.677</u>	<u>483.913</u>

Empréstimos contratados

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Abr/2025	Aval Controladora, Imóvel e Aplicação Financeira	R\$ 120.000	TR + 0,8% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Ago/2030	Aval Controladora	R\$ 15.000	TR + 0,65% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2019	Ago/2030	Aval Controladora	R\$ 1.358	TR + 0,8% a.m.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2019	Mai/2022	Aval Controladora	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Set/2023	Bem arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,37% a.m.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Mar/2023	Bem arrendado	R\$ 6.451	100% CDI a.a. + 0,34% a.m.
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Fev/2024	Bem arrendado	R\$ 12.223	-

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

Descrição	31/12/19	Adições (Baixas)	Encargos	Pagamentos principal e juros	Remensuração do passivo de arrendamento	31/12/20
Empréstimos - capital de giro	150.304	-	13.871	(8.155)	-	156.020
Arrendamento financeiro	6.567	-	482	(51)	-	6.998
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	327.042	(57.820)	6.064	(34.301)	(127.326)	113.659
	<u>483.913</u>	<u>(57.820)</u>	<u>20.417</u>	<u>(42.507)</u>	<u>(127.326)</u>	<u>276.677</u>

Arrendamentos Mercantis – CPC 06 (R2)

A Companhia e o Varejo adotaram a partir de 1 de janeiro de 2019, a forma de reconhecimento e mensuração de seus contratos de arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06(R2). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento do Varejo é reconhecido pelo valor presente das obrigações contratuais na data de contratação dos aluguéis em contrapartida do direito de uso, registrado em conta do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$31.352 (nota explicativa 11).

Os juros incorridos pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental de empréstimos que seria obtida em operação similar, considerando a condição econômica do Varejo, equivalente a 8,53% a.a. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$6.064.

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

Cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/20</u>
Até 1 ano	25.178
De 1 ano a 5 anos	86.620
Mais que 5 anos	<u>42.670</u>
Total	<u>154.468</u>

Direito potencial de Pis e Cofins

A Companhia possui o direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de plantas industriais e outros. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis e Cofins apresentados no quadro a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação arrendamento	154.468	113.659
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>(13.079)</u>	<u>(9.623)</u>
	<u>141.389</u>	<u>104.036</u>

Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

<u>Ativos de direito de uso</u>		<u>Passivos de Arrendamento</u>	
<u>Fluxo real</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/20</u>	<u>Fluxo real</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/20</u>
Direito de uso	135.630	Passivo de arrendamento	150.628
Depreciação	(34.098)	Despesas financeiras (a incorrer)	(36.969)
	<u>101.532</u>		<u>113.659</u>
<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/20</u>	<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/20</u>
Direito de uso	141.476	Passivo de arrendamento	157.120
Depreciação	(35.568)	Despesas financeiras (a incorrer)	(38.562)
	<u>105.908</u>		<u>118.558</u>

Outras informações sobre os arrendamentos mercantis

Direito de uso em arrendamento

Saldo inicial – 31/12/2019	308.790
Adições / baixas	(57.820)
Amortização	(31.352)
Remensuração do ativo de arrendamento	(118.086)
Saldos em 31/12/2020	<u>101.532</u>

Passivo de arrendamento

Saldo inicial – 31/12/2019	327.042
Juros incorridos	6.064
Pagamentos realizados	(34.301)
Adições / baixas	(57.820)
Remensuração do passivo de arrendamento	<u>(127.326)</u>
SalDOS em 31/12/2020	<u>113.659</u>

As informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 25.

14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras. A cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 31 de dezembro de 2020, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$997 (R\$3.379 em 31 de dezembro de 2019).

15. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Fornecedor - nacional	1.254	629	104.148	93.266
Fornecedor - exterior	-	-	246	17
	<u>1.254</u>	<u>629</u>	<u>104.394</u>	<u>93.283</u>

Composição dos saldos por vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
A vencer	22.361	74.745
Vencidos:		
Até 60 dias	5.079	15.783
De 61 a 90 dias	1.636	206
De 91 a 180 dias	15.720	8
Acima de 180 dias	<u>59.598</u>	<u>2.541</u>
	<u>104.394</u>	<u>93.283</u>

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	92	780
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	131	72	386	778
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	33	14	101	681
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	17	50
Parcelamento de tributos - Estaduais (a)	-	-	1.368	1.616
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>91</u>	<u>57</u>
	<u>165</u>	<u>86</u>	<u>2.055</u>	<u>3.962</u>
Passivo circulante	165	86	1.190	2.798
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>865</u>	<u>1.164</u>
	<u>165</u>	<u>86</u>	<u>2.055</u>	<u>3.962</u>

- (a) Parcelamentos ordinários instruídos nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$497 (R\$549 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019).

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Controladora				
	<u>31/12/19</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/20</u>
Férias	231	19	(1)	249
Salários a pagar	55	-	(6)	49
FGTS a recolher	19	4	(3)	20
INSS a recolher	97	199	(214)	82
	<u>402</u>	<u>222</u>	<u>(224)</u>	<u>400</u>

Consolidado				
	<u>31/12/19</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/20</u>
Férias	5.136	3.859	(6.631)	2.364
13º salário	-	3.037	(3.037)	-
Salários a pagar	2.011	29.481	(29.589)	1.903
FGTS a recolher	912	8.126	(8.699)	339
INSS a recolher	4.551	8.004	(11.391)	1.164
	<u>12.610</u>	<u>52.507</u>	<u>(59.347)</u>	<u>5.770</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

Controladora			
Constituição			
	<u>31/12/19</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>31/12/20</u>
Contingências tributárias (a)	47.218	9.901	57.119
Contingências trabalhistas	3.007	1.339	4.346
Contingências cíveis	656	39	695
	<u>50.881</u>	<u>11.279</u>	<u>62.160</u>

	Consolidado		
	Constituição		
	31/12/19	/(Reversão)	31/12/20
Contingências tributárias (a)	137.205	84.374	221.579
Contingências trabalhistas	7.549	1.117	8.666
Contingências cíveis	4.854	8.630	13.484
ICMS - Auto de infração (b)	1.063	10	1.073
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	2.162	184	2.346
	<u>152.833</u>	<u>94.315</u>	<u>247.148</u>

(a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo, sendo as mais relevantes:

- i. Processos administrativos do Varejo, no montante estimado e provisionado de R\$42.962, relacionado a manifestação de inconformidade para despacho decisório que indeferiu Pedidos de Restituição/Compensação de créditos de PIS e COFINS para os períodos base de 2013 a 2015, cuja perda no âmbito administrativo é considerada provável pelos assessores jurídicos do Varejo. O montante provisionado corresponde a parcela utilizada para o pagamento de impostos administrados pela Receita Federal do Brasil. A parcela correspondente aos Pedidos de Restituição/Compensação não utilizada no montante de R\$62.254 de créditos restituíveis, registrada no ativo não circulante foi estimada como perda por redução ao valor de recuperação (Nota explicativa nº 7);
 - ii. Constituição de provisão no montante de R\$65.684, relacionada a apropriação de créditos das contribuições PIS/COFINS sobre despesas operacionais consideradas essências à atividade do Varejo;
 - iii. Ações judiciais da Controladora e do Varejo, que discutem com o Banco do Brasil a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos pela RFB, no montante estimado de R\$59.051 para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB;
 - iv. Mandados de segurança instruídos para assegurar o direito ao desembaraço aduaneiro do e-reader do Varejo sem o recolhimento dos tributos federais, o montante de R\$9.975;
 - v. Autos de infração e imposição de multas para a Controladora, no montante de R\$15.006, envolvendo contribuições previdenciárias;
 - vi. Autos de infração e imposição de multa para o Varejo, no montante de R\$17.766.
- (b) Provisão correspondente ao valor de principal e multa para discussão judicial em curso para anulação de autos de infração lavrados em 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo.

Depósitos judiciais

	Controladora		
	Acréscimo/		
	31/12/19	(Baixa)	31/12/20
PIS/COFINS (a)	996	8	1.004
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.578	145	3.723
Processos judiciais trabalhistas	889	(265)	624
	<u>11.529</u>	<u>(112)</u>	<u>11.417</u>
	Consolidado		
	Acréscimo/		
	31/12/19	(Baixa)	31/12/20
PIS/COFINS (a)	996	8	1.004
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	23.805	(7.784)	16.021
Processos judiciais trabalhistas	3.148	167	3.315
	<u>34.015</u>	<u>(7.609)</u>	<u>26.406</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

(b) Inclui o montante de R\$8.706 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$482.206, sendo R\$248.120 para a Controladora e R\$234.086 para o Varejo (R\$489.719 em 31 de dezembro de 2019, sendo R\$245.307 para a Controladora e R\$244.412 para o Varejo).

Composição dos principais passivos com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

NATUREZA DOS PROCESSOS	OBJETO	2020	2019
TRIBUTARIA	Autos de infração, processos administrativos de impugnação ações judiciais	435.666	427.490
CIVEL	Ações renovatórias e outros procesos com objetos variados	35.920	51.558
TRABALHISTA	Ações relacionadas a responsabilidade subsidiária ou reconhecimento de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	10.620	10.671
TOTAL		482.206	489.719

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2020, re-ratificada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2020, foi deliberada (i) a homologação parcial do aumento de capital deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de novembro de 2019, com a emissão de 12.244.309 novas ações (8.998.528 ações ordinárias e 3.245.781 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$17.754, passando o capital social da Companhia de R\$282.999 para R\$300.753, e (ii) uma nova emissão de bônus de subscrição da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia e em complemento à emissão de bônus de subscrição deliberada pelo CA em 03/11/2019.

Em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26/06/20, 31/07/20, 28/08/20, 05/10/20 e 11/12/20, foram deliberados aumentos de capital por meio do exercício de bônus de subscrição, com emissão de 24.161.925 novas ações (4.832.385 ações ordinárias e 19.329.540 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$1.223, passando o capital social da Companhia de R\$300.753 para R\$301.976.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Controladora, no montante de R\$301.976 (R\$282.999 em 31 de dezembro de 2019), está representado por 63.410.194 ações, sendo 23.513.669 ordinárias e 39.896.525 preferenciais (26.701.745 ações em 31 de dezembro de 2019, sendo 9.622.313 e 17.079.432, respectivamente) sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto. Em 31 de outubro de 2019 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital autorizado da Companhia, que passou para o limite de até 66.000.000 (sessenta e seis milhões) de ações; e a inclusão de regra estatutária conferindo poderes ao Conselho de

Administração da Companhia para, dentro do limite do capital autorizado, emitir bônus de subscrição.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Bônus de subscrição

Nos termos da cláusula 11.6 do Plano de Recuperação Judicial Original, homologado em 4 de setembro de 2019, os credores da Subclasse Credores Fornecedores Incentivadores, que assim optarem no Termo Credor Incentivador – cláusula 11.2.1, do referido plano, farão jus ao recebimento de Bônus de Subscrição que conferirá aos seus titulares o direito de adquirir determinada quantidade de ações representativas do capital social da Companhia, sendo que quaisquer recursos recebidos pela Companhia em decorrência da emissão ou exercício dos Bônus de Subscrição, inclusive em caso do exercício do direito de preferência pelos acionistas, deverão ser integral e prioritariamente destinados à amortização extraordinária da dívida com os Credores Fornecedores Incentivadores.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram emitidos e utilizados para amortização da dívida 5.816.587 bônus, correspondentes a 29.082.935 ações (5.816.587 ações ordinárias e 23.266.348 ações preferenciais), equivalentes ao montante de R\$54.835.

c) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$18 (R\$1,14 por ação - cotação em 30 de dezembro de 2020).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme

disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Em 28 de outubro de 2019, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o pagamento dos dividendos declarados pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R\$5.817, será realizado nos termos do PRJ aprovado em 28 de agosto e homologado em 4 de setembro de 2019 será realizado. O saldo remanescente, no montante de R\$11.634, estabelecido no cronograma de distribuição divulgado por meio de Fato Relevante publicado em 2 de agosto de 2017, que permaneceu em aberto em decorrência da situação econômico-financeira da Companhia, conforme Fato Relevante publicado em 28 de março de 2019, será reclassificado para reserva especial, onde poderá absorver prejuízos acumulados do exercício corrente, nos termos previstos na Lei 6.404/76.

e) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. No período entre 13 de maio e 13 de setembro de 2019, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (5ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

g) Participação de não controladores:

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Saldos no início do exercício	(12)	12
Participação no resultado do exercício	<u>(33)</u>	<u>(24)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>(45)</u>	<u>(12)</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	256.353	710.060
(-) Impostos incidentes	(7.820)	(28.446)
(-) Devoluções	(4.590)	(12.898)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>2.382</u>	<u>942</u>
	<u>246.325</u>	<u>669.658</u>

21. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Mercadorias	-	-	(170.234)	(470.179)
Despesa com pessoal e encargos	(161)	(948)	(75.410)	(138.095)
Honorários dos administradores	(941)	(1.373)	(1.548)	(2.823)
Propaganda e publicidade	-	-	(5.743)	(21.054)
Arrendamento mercantil - parcela variável	-	-	(1.043)	(2.163)
Publicações legais	(245)	(208)	(364)	(314)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(13.436)	(28.533)
Frete e embalagens	-	-	(16.013)	(33.214)
Manutenção de instalações, máquinas e equipamentos	(14)	-	(10.988)	(22.652)
Serviços de informática	-	-	(8.743)	(10.374)
Consultoria e assessoria	-	-	(4.295)	(13.027)
Viagens e estadias	-	-	(142)	(474)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(4.443)	(9.681)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(299)	(1.204)
Outras	<u>(2.520)</u>	<u>(2.197)</u>	<u>(34.133)</u>	<u>(52.877)</u>
	<u>(3.881)</u>	<u>(4.726)</u>	<u>(346.834)</u>	<u>(806.664)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(170.234)	(470.179)
Despesas com vendas	-	-	(113.147)	(217.145)
Despesas gerais e administrativas	<u>(3.881)</u>	<u>(4.726)</u>	<u>(63.453)</u>	<u>(119.340)</u>
	<u>(3.881)</u>	<u>(4.726)</u>	<u>(346.834)</u>	<u>(806.664)</u>

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Resultado na baixa e/ou venda				
de ativo imobilizado, intangível e ágio	32	10	(1.967)	(69.107)
Perda por redução ao valor recuperável - ativo				
imobilizado, intangível e impostos a recuperar	4.909	-	(179.404)	(157.658)
Baixa de créditos tributários	-	-	(148)	(10.109)
Baixa de créditos com fornecedores	-	-	(615)	(567)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(1.217)
PIS/COFINS s/ outras receitas				
operacionais e financeiras	(57)	(27)	(5.296)	(2.208)
Cartão "private label"	-	-	(267)	(1.537)
Provisão para contingências	(6.252)	-	(89.096)	(88.740)
Ajustes do plano de recuperação judicial	-	(77)	(221)	(17.222)
Parcelamento tributos estaduais	-	-	-	(1.057)
Outras despesas operacionais	(29)	(43)	(231)	(6.650)
	<u>(1.397)</u>	<u>(137)</u>	<u>(277.245)</u>	<u>(356.072)</u>

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Cartão presente não resgatado, e outros				
créditos de clientes não reclamados	-	-	15.698	12.147
Venda de saldos - mercadorias obsoletas	-	-	850	-
Baixa de lucro não realizado na operação				
de venda do intangível para o Varejo	-	20.473	-	-
Constituição de crédito tributário de ação				
judicial transitada em julgado	-	-	-	50.719
Despesas recuperadas	-	267	5.432	2.627
Ganho na baixa da dívida por meio				
de bônus de subscrição	-	-	14.822	-
Outras receitas operacionais	-	187	1.728	2.063
	<u>-</u>	<u>20.927</u>	<u>38.530</u>	<u>67.556</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	-	-	33	512
Juros sobre empréstimos a controlada	973	-	-	-
Juros recebidos de clientes	-	-	3	21
Juros sobre impostos a recuperar	253	555	1.064	3.652
Descontos financeiros obtidos	17	15	2.011	1.184
AVP - Credores recuperação judicial	213	5.464	1.206	290.743
Outros juros e variações ativas	-	-	187	503
	<u>1.456</u>	<u>6.034</u>	<u>4.504</u>	<u>296.615</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(20.348)	(38.466)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	(32)	(296)	-	-
pela controladora				
AVP - Credores recuperação judicial	(134)	-	(9.720)	-
Descontos financeiros concedidos	-	-	(8)	-
Outros juros e variações passivas	(5)	(116)	(2.193)	(18.024)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(50)	(115)	(730)	(957)
Outras comissões financeiras	(212)	(204)	(214)	(8.183)
Outras despesas financeiras	(729)	(243)	(985)	(909)
	<u>(1.162)</u>	<u>(974)</u>	<u>(34.198)</u>	<u>(66.539)</u>
	<u>294</u>	<u>5.060</u>	<u>(29.694)</u>	<u>230.076</u>

25. ARRENDAMENTO MERCANTIL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020, o Varejo possuía 39 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. O contrato de aluguel das áreas Administrativas do Varejo possui valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado

anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Aluguéis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Arrendamentos mercantis - nota explicativa 21	(1.043)	(2.163)

O saldo da rubrica “Arrendamento mercantil - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 no consolidado é de R\$5.609 (R\$1.826 em 31 de dezembro de 2019).

26. PREJUÍZO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/20 a 31/12/20			01/01/20 a 31/12/20			01/01/20 a 31/12/20		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(155.528)	(264.067)	(419.595)	(152.744)	(259.338)	(412.082)	(2.784)	(4.729)	(7.513)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724
Prejuízo por ação - básico - R\$	(8,05888)	(9,62886)		(7,91460)	(9,45644)		(0,14428)	(0,17242)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(8,05888)	(9,62886)		(7,91460)	(9,45644)		(0,14428)	(0,17242)	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/19 a 31/12/19			01/01/19 a 31/12/19			01/01/19 a 31/12/19		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(114.493)	(203.555)	(318.048)	(102.476)	(182.191)	(284.667)	(12.017)	(21.364)	(33.381)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	(11,91814)	(11,91814)		(10,66727)	(10,66727)		(1,25087)	(1,25087)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(11,91814)	(11,91814)		(10,66727)	(10,66727)		(1,25087)	(1,25087)	

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.

Diante dos impactos trazidos pelo Coronavírus (COVID-19), com redução drástica do faturamento pelo fechamento temporário de 100% das lojas físicas desde março de 2020, a Administração apresentou um aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aderente à nova realidade econômica do País como forma de prevenção aos impactos da pandemia e preservação da atividade operacional (Nota explicativa 31)

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Empréstimos e financiamentos e				
credores por recuperação judicial	3.732	2.933	474.621	739.018
(-) Caixa, equivalentes de caixa e mútuo	<u>(61.995)</u>	<u>(2.603)</u>	<u>(28.603)</u>	<u>(20.464)</u>
Dívida líquida	<u>(58.263)</u>	330	446.018	718.554
Patrimônio líquido	<u>(545.074)</u>	<u>(172.677)</u>	<u>(545.119)</u>	<u>(172.689)</u>
Total	<u><u>(603.337)</u></u>	<u><u>(172.347)</u></u>	<u><u>(99.101)</u></u>	<u><u>545.865</u></u>
Índice de dívida líquida	<u>9.66%</u>	<u>-0.19%</u>	<u>-450.06%</u>	<u>131.64%</u>

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	121	2.603
Empréstimos e recebíveis		
Partes relacionadas - contrato de mútuo	<u>61.875</u>	<u>-</u>
	<u>61.996</u>	<u>2.603</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.254	629
Credores por recuperação judicial	3.732	2.933
Partes relacionadas - contrato de mútuo	<u>-</u>	<u>8.619</u>
	<u>4.986</u>	<u>12.181</u>
	Consolidado	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	28.603	20.464
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	<u>7.333</u>	<u>23.269</u>
	<u>35.936</u>	<u>43.733</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	276.677	483.913
Fornecedores	104.394	93.283
Credores por recuperação judicial	197.943	255.105
Arrendamento mercantil -		
locação de lojas	5.609	1.826
Outras obrigações	<u>1.146</u>	<u>889</u>
	<u>585.769</u>	<u>835.016</u>

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores

contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Controladora e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldos que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento do exercício:

		<u>Consolidado</u>
		<u>31/12/20</u>
<u>Risco</u>		<u>Valor Contábil</u>
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	<u>17.906</u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI -				
Varejo	Baixa do CDI	(10)	(25)	(49)
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI -				
Varejo	Alta do CDI	(43)	(107)	(215)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI -				
Varejo	Alta do CDI	(16)	(40)	(79)
Resultado líquido		(69)	(172)	(343)

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
	Valor	Valor	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	121	2.603	28.603	20.464
Contas a receber de clientes	-	-	7.333	23.269
	<u>121</u>	<u>2.603</u>	<u>35.936</u>	<u>43.733</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$391 (R\$311 em 31 de dezembro de 2019), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	1.254	-	-	-	1.254
Credores por recuperação judicial	1.311	57	86	7.821	9.275

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	104.394	-	-	-	104.394
Credores por recuperação judicial	19.914	10.717	16.077	431.739	478.447
Empréstimos e financiamentos	58.171	55.840	109.294	100.987	324.292
Arrendamento mercantil -					
locação de lojas	5.609	-	-	-	5.609
Outras obrigações	1.146	-	-	-	1.146

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

	Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Empréstimos:		
Utilizado	156.020	150.304

j) Garantias obtidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/20</u>
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>8.805</u>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$216 (R\$276 em 31 de dezembro de 2019).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>		<u>31/12/20</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	121	121	28.603	28.603
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	7.333	7.333
Partes relacionadas - contrato de mútuo	61.875	61.875	-	-
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	276.677	282.906
Fornecedores	1.254	1.254	104.394	104.394
Credores por recuperação judicial	3.732	3.732	197.943	197.943
Arrendamento mercantil -				
locação de lojas	-	-	5.609	5.609
Outras obrigações	-	-	1.146	1.146

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldo decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Controladora divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidência dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	<u>121</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>121</u>

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	<u>28.603</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.603</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”, correspondente ao negócio de varejo de livraria, artigos de papelaria e games.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Despesas operacionais	<u>(7.513)</u>	<u>(49.452)</u>	<u>(7.513)</u>	<u>(49.452)</u>
Prejuízo operacional	<u>(7.513)</u>	<u>(49.452)</u>	<u>(7.513)</u>	<u>(49.452)</u>
Despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>
	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Prejuízo líquido antes do IR	<u>(7.513)</u>	<u>(49.453)</u>	<u>(7.513)</u>	<u>(49.453)</u>
IR diferido	<u>-</u>	<u>16.072</u>	<u>-</u>	<u>16.072</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>(7.513)</u>	<u>(33.381)</u>	<u>(7.513)</u>	<u>(33.381)</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$7.513 (R\$33.381 em 31 de dezembro de 2019) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	<u>(6.673)</u>	<u>(49.189)</u>	<u>(6.673)</u>	<u>(49.189)</u>
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>500</u>	<u>-</u>	<u>500</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u>(6.673)</u>	<u>(48.689)</u>	<u>(6.673)</u>	<u>(48.689)</u>

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Lucros cessantes	40.000	150.000
Incêndio - importância máxima	27.812	126.297
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima		
Transporte internacional	-	300
Execução fiscal	112.321	106.336
Roubo e furto	1.105	11.650
Riscos gerais	16.280	6.980

31. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original (“PRJ”), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e sua controlada submeteu, em 3 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Plano Aditivo) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial. O aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Plano Aditivo) protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. O Plano Aditivo está devidamente amparado por laudo de viabilidade econômica e laudo de avaliação dos bens e ativos, apresentados nos autos da Recuperação Judicial.

O Plano Aditivo aprovado objetiva viabilizar o pagamento aos credores e o sucesso do processo de recuperação judicial, garantindo a manutenção da fonte produtora, o emprego dos colaboradores, o cumprimento da função social das atividades e o estímulo à atividade econômica do País.

Como alternativa para viabilizar a liquidação de parte substancial do passivo, o Plano Aditivo prevê três medidas: i) a reestruturação do passivo; b) a preservação de investimentos considerados essenciais para a continuidade operacional; e iii) a alienação de Grupos de Unidades Produtivas Isoladas – UPI’s, quais sejam, operações de Lojas – UPI Lojas; operação de e-commerce – UPI Site; e operações de Lojas e Site – UPI Mista, de acordo com os termos estabelecidos no referido Plano.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante da dívida consolidada está composto como segue:

Classes	Circulante	Não Circulante	Total
Classe I	3.772	1.086	4.858
Classe III	30.627	204.102	234.729
Classe IV	-	5.271	5.271
Subclasse fornecedores incentivadores	2.670	68.266	70.936
Subclasse fornecedores estratégicos	264	20.427	20.691
Subclasse fornecedores locadores	3.679	-	3.679
Total	41.012	299.152	340.164

Os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R\$142.221 (R\$133.608 em 31 de dezembro de 2019), estão incluídos na Classe III e são apresentados nas demonstrações consolidadas na rubrica Empréstimos e financiamentos.

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

	31/12/19	AVP	Pagamentos	Baixa por meio de bônus de subscrição/ aumento de capital	Juros incorridos	Outros	31/12/20
Dívida	679.455	-	(8.406)	(64.834)	12.974	3.203	622.392
Ajuste a valor presente	(290.742)	8.514	-	-	-	-	(282.228)
	<u>388.713</u>	<u>8.514</u>	<u>(8.406)</u>	<u>(64.834)</u>	<u>12.974</u>	<u>3.203</u>	<u>340.164</u>

A íntegra do Plano Aditivo aprovado com as demais condições e formas de execução, onde poderão ser compreendidas de forma mais abrangente todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2021, foram encerradas as operações da loja Mega Morumbi.

Em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 foi aprovado o Plano Aditivo do processo de recuperação judicial, cuja homologação foi em 5 de março de 2021.

Em 17 de março de 2021, fomos formalmente notificados pela Diretoria da Administração Tributária do Estado de São Paulo, sobre o deferimento do crédito acumulado de ICMS no montante de R\$65 milhões.